

PLANO E MEMÓRIA DE REUNIÃO

1. PLANO DE REUNIÃO	
TEMA – Reunião do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON	
Nº	PAUTA
3.1	Abertura e Informes Gerais
3.2	Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP)
3.3	Experiência da União na Implantação dos PCP, PCASP e DCASP
3.4	Experiência da Federação na Implantação dos PCP, PCASP e DCASP

2. MEMÓRIA DE REUNIÃO (ATA)			
Data	Hora (início)	Hora (término)	Relator
23/10/2015	9h00	18h00	CCONF/SUCON/STN

COORDENADOR DA REUNIÃO CONJUNTA
LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO - COORDENADOR-GERAL CCONF/STN

PARTICIPANTES			
Titulares			
Nome	ÓRGÃO	Nome	ÓRGÃO
ALBERTO WIMAN GERGULL	FIPECAFI	GILBERTO SOUZA MATOS	GEFIN/CONFAZ
BÁRBARA VERÔNICA DIAS MÁGERO VIANA	STN/CCONT	GISELE DE CARVALHO CARLOTO	SEFAZ/PR
BRUNO PIRES DIAS	GEFIN/CONFAZ	HERIBERTO HENRIQUE VILELA DO NASCIMENTO	MF
ERICSSON MARCEL SALAZAR PINTO	ABRASF	LUCIANE HELDWEIN PEREIRA	IRB
FLÁVIO GEORGE ROCHA	GEFIN/CONFAZ	LUCY FATIMA DE ASSIS FREITAS	ABRASF
FRANCISCO GLAUBER LIMA MOTA	CÂMARA DOS DEPUTADOS	PATRICIA SIQUEIRA VARELA	FIPECAFI
FRANCISCO PEREIRA IGLESIAS	GEFIN/CONFAZ	RAFAEL JOSÉ CORREA	CNM
GERALDO PAULINO DA SILVA	IRB	RENATO PONTES DIAS	STN/CCONT
Suplentes			
Nome	ÓRGÃO	Nome	ÓRGÃO
DIEGO RODRIGUES BOENTE	STN/CCONT	MARCOS UCHOA DE MEDEIROS	ATRICON
ELIZABETH REGINA QUEIROZ	IRB	MARIÂNGELA LOBATO CORREIA VEIGA	CÂMARA DOS DEPUTADOS
ERIC DO NASCIMENTO LAMOUNIER	CNM	MAURICIO FERREIRA DE MACEDO	SENADO
FLÁVIA ROBERTA BRUNO TEIXEIRA	ABRASF	NATALIA APARECIDA FERREIRA	IRB
JOANNA GRANJA SANT'ANNA	ATRICON	RICARDO ANDRÉ DE HOLANDA LEITE	CONACI
JULIANA DANIELA RODRIGUES	GEFIN/CONFAZ	RICARDO JOSE DA SILVA	ATRICON
LEANDRO SANTOS GONÇALVEZ	CGU	SIMONY PEDRINI NUNES RÁTIS	CONACI
MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO	GEFIN/CONFAZ	WILSON PEREIRA JR	ATRICON
Assessores Técnicos			
Nome	ÓRGÃO	Nome	ÓRGÃO
ANA KAROLINA ALMEIDA DIAS	GENOC/STN	GABRIELA LEOPOLDINA ABREU	GENOC/STN
BRUNO RAMOS MANGUALDE	GENOC/STN	-	-
Convidados			
Nome	ÓRGÃO	Nome	ÓRGÃO
ACIR JOSÉ HONÓRIO BUENO	TCE/PR	JULIANO LANG	PM QUATRO PONTES/PR
ADRIANO PEREIRA NUNES	SEFAZ/AL	JULIANO MIRANDA DA SILVA SOUZA	PM DE ITAPENINGA - BA
ALEX FABIANE TEIXEIRA	STN/DF	KARLA DE LIMA ROCHA	STN

ALLAN CARDOSO ALBUQUERQUE	TCE/RO	KATIA MARIA ANTONIA BENHRENS	PM DE SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA
ALUIZIO SOL DE OLIVEIRA	TCE/RO	KENIA THERESCOWA DE ALMEIDA	CGE/RN
AMARO DA SILVA JUNIOR	PBH	LEANDRO FRANCO PEIXOTO	GOVERNA SOLUÇÕES EM GESTÃO PÚBLICA
ANDRE LUIZ SANT ANA RIBEIRO	MP/BA	LEO GALDINO DE SOUZA	CASA CIVIL GOV. RO
ANNA PAULA SERVO DE ARAUJO	CACAM CONSULT. ECON. E CONTABIL	LILIA BARBOSA	TCE/MA
ANTONIO CANDIDO MORAIS	TCE/RO	LORIEN DOS SANTOS ARAUJO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ACRE
BRUNO RAPHAEL MORAES	ÁBACO TECNOLOGIA	LOURENÇO DE WALLAU	DELEGAÇÕES DE PREFEITURAS MUN.
CARLOS ALBERTO FERREIRA RAMOS	PREFEITURA DE ARAÇAGI	LUCIANA BORGES TEIXEIRA	SEFAZ MUNIC. SALVADOR
CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA	CGA CONSULTORIA	LUDIMILA FERREIRA SANTOS	CNM
CARLOS EDUARDO KUKOLJ	PREFEITURA DE CURITIBA	LUIZ ANTONIO SANTOS MEDEIROS	TCE/AL
CARLOS ROBERTO FERNANDES	SEC. DE ESTADO DA FAZENDA	LUIZ CARLOS DE BRITO	FIPECAFI
CASSIANO LHOPES MORENO	STAF TECNOLOGIA LTDA	LUIZ CLAUDIO VIANA	TCE/SC
CÁTIA MARIA FRAGUAS VEIGA	INST. FAYAL DE ENSINO SUPEIOR FES	LUIZ GONZAGA GOMES DERCY	SAPITUR ADM PUBLICA
CELSO DE BRITO BORBA	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO RJ	LUIZ GUILHERME VIEIRA	TCE/ES
CINTIA FRONZA RODRIGUES	SEFAZ/SC	LUIZ GUSTAVO MAIA GUILHERME	TCE/ACRE
CLÁUDIA MARQUES DE SOUZA TOSCANO	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAIBA	MAIKON DAVID GUILHERME DE SOUZA	PREFEITURA DE SÃO PAULO
CLAUDIA REGINA FAIG TORRES MOURA	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	MARCELO AUGUSTO JORGE	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO ACRE
CLAUDINEI NOGUEIRA	PREFEITURA DE CURITIBA	MARCELO JORGE DE CASTRO	TCE/AL
COSME OLIVEIRA DA SILVA	TCE/RO	MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES	PREFEITURA DE SÃO PAULO
CRISTIANE HELENA DA CONCEIÇÃO E SILVA	TCM/PA	MÁRCIO DA SILVA	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA- ACRE
DANIEL BOER DE SOUZA	PREFEITURA DE SP	MARCOS GERTLER	SERV. AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
DANIELA PARENTE S. SILVA	PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA	MARCUS VINICIUS PASSOS DE OLIVEIRA	PI CONTABILIDADE PÚBLICA
DEUSMAR PAIXÃO ALVES DE OLIVEIRA	SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE	MARIA DA CONCEIÇÃO DE JESUS	PREF. DE SÃO FRANCISCO DO CONDE
DOUGLAS JIN GUAN DOS SANTOS	SEFAZ/RJ	MARIA HELANY DA SILVA	SECRETARIA DA FAZENDA
EDEMILSON JOSÉ PEGO	SEFAZ/PR	MARIA RITA FELIPE DA SILVA	CONTASP
EDILTON SOARES RODRIGUES	TCE/PA	MARILIA CELESTINO XAVIER	PREFEITURA DE BELO HORIZONTE
EDSON LUIZ DE MOURA	TCE/PR	MARILU CARDOSO	STN

EDUARDO ALVES MAIA NETO	SEFAZ/AC	MARIZA PAULO BRAGANÇA	PREF. DE ABRE CAMPO
EDY CLEITON SILVA DE BRITO	PM DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES	MAURICIO PARIZOTTO LOURENÇO	SEFAZ/TO
EDYCLEIA RITA SILVA DE BRITO	PM DE NAZARE	MAXWELL DE MORAIS CHIANCA	INFO PUBLIC INFORMATICA
ELAINE ZOMER SANETE	BETHA SISTEMAS	MILENA CORREIA PEREIRA	PARTICULAR
ELIANE CASSINI BANSEMER	TCE/MG	MONICA HELENA SOARES PEREIRA	SEFA
ELISANGELA SANTOS FERNANDES	PM DE SÃO FRANCISCO DO CONDE	NAIR MOTA DIAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPA
ELIZABETH COO MOLEDO	CONTROLADORIA GERAL RJ	NARA NEY DE SOUZA FELIX	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
ELSON AFONSO CHAVES D'AVILA	SEFAZ/ACRE	OROZINO VILAS BOAS BENEVIDES	MINISTERIO PÚBLICO
EMERSON ONOFRE PEREIRA	PREFEITURA DE SP	OSVALDO MANOEL PIRES DE SOUZA NETO	PM DE ITAPETININGA - BA
ERICK FABIANO RESENDE ASSIS	PM DE OUROLÂNDIA	PAOLO JUNIO DA MOTA PEREIRA	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
EVANDRO FIUZA CAMARGOS	PM BH	PEDRO NOGUEIRA BRILHANTE JUNIOR	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - ACRE
FÁBIO MARTINS MATTOSO CAMARA	PM DE CARMOS	PLACIDO CESAR PAIVA JUNIOR	TCE/PB
FÁBIO MIGUEL	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	RAFAEL LAREDO MENDONÇA	TCE/PA
FÁBIO TADEU DIAS	TJ/ES	RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA	SEFAZ/AC
FABIOLA DA SILVA BRANDÃO VIEIRA	TCE/ACRE	RAUL CANCIAN MOCHEL	TCE/MA
FERNANDO FREITAS MELO		REGINALDO S. MENDES	ABACO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
FRANCISCO DOS SANTOS	PM DE SÃO FRANCISCO DO CONDE	RENATO CRISTIANO CORREIA	CONS.FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA
FRANCISCO EVALDO FERREIRA LEAL	TCE/MT	RICARDO GUERRA	PREFEITURA DE CAAPORA
GABRIELA GONÇALVES BRIGIDO	MP/ACRE	RICARDO MEDEIROS QUEIROZ	CENCAP
GLEMIRA MARIA MENDES GOMES	TCE/ACRE	ROBSON ZUCCOLOTTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
HELENA VELMA DOS SANTOS MARTINS	SECRETARIA DE SAUDE DO ESTADO DE RORAIMA	RONALD MARCIO GUEDES RODRIGUES	SEFAZ/RJ
HÉLIO SILVEIRA ANTUNES	TCE/SC	ROSA ANILIA MOREIRA DE ALMEIDA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE
ILSON CAMOLEZI JUNIOR	SMARAPD INFORMATICA LTDA	ROSANE MORETTI	TCE
IVANALDO MEDEIROS DE ARAUJO	CONTROL/RN	ROSEMARY SOUSA DA SILVA	SECRETARIA DE ESTADO DE ADM.
IVONE MARIA LIMA DUQUE ESTRADA	CNJ	ROSILENE DO SOCORRO GARCIA ARANHA	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO PARA
JANILSON ANTONIO DA SILVA SUZART	STN/DF	SANDOVAL COSTA NETO	SECRETARIA DE DESENV. RURAL
JANIO MARQUES DE SOUZA	PREF. GOIÂNIA	SEBASTIÃO ANTONIO DAS NEVES SANTOS	CGM/RJ
JEU CAMPELO BESSA	TCE/ACRE	SEBASTIÃO PEREIRA DOS SANTOS	MPU
JOÃO BATISTA DA SILVA	PM SÃO JOÃO DA BARRA	SEMIRAMES MARIA PLACIDO DIAS	TCE/AC
JODAIAS ANTONIO DE ARAÚJO	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	SERGIO MAURICIO DE LIMA	TCE/PA

JORGE EURICO DE AGUIAR	TCE/RO	SILVIA SILVA DE SOUZA	ANALISTA CONTÁBIL
JOSÉ CLAUDIO DEL PUPO	TCE ES	SONEIDE SANTOS	TJ RIO DE JANEIRO
JOSÉ FERNANDO DOMICIANO	TCE/RO	SORAYA FERNANDA COELHO MATOS	TCE/RR
JOSÉ FRANCISO VIEIRA JUNIOR	TCE/MG	STEPHANIE GUIMARAES DA SILVA	SEFAZ/RJ
JOSÉ HUMBERTO DE OLIVEIRA	GOVERNA SOL. EM GESTÃO PÚBLICA	SUANI ALVES DOS SANTOS	PREFEITURA MANAUS
JOSÉ LUIZ M BARRETO		THIAGO JUSTINO DE SOUSA	CONTADORIA GERAL RJ
JOSÉ MARILSON DANTAS	UNB	UBIRAJARA FLORES AUGUSTO	ASPEC INFORMATICA
JOSÉ MARIO PEREIRA DANTAS		ULIENIO PEREIRA AVILA	CGE/RN
JOSÉ VANDERLEI LEAL	PM OUROLÂNDIA	VILMA DE OLIVEIRA SILVA	SEFAZ/MT
JOSEDILTON ALVES DINIZ	TCE/PB - UFPB	VIRGINIA FELIPE MUNIZ	CONTASP
JOSILENE SILVA ALMEIDA	PM DE BOQUIRA/BA	WALTER LUIS DIAS LEAL	PREF. DA CIDADE DO RJ
JUAREZ BATISTA RODRIGUES	TCE	WARLEM LUIZ MIRANDA	EL PROD. SOFTWARE
JULIANA TOMAZ ADÃO	SEPLAN/RN	ZOÉ DINORA SANTOS DA SILVA	MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAI
JULIANO DE PROENÇA SOARES	CECAM - CONS. ECONOMICA.		

Item 3.1 – Abertura e Informes Gerais

a) PCASP

Apresentação: Ana Karolina (GENOC/CCONF/STN)

Apresentação das principais alterações macro do PCASP. Além disso, foram apresentadas as diretrizes de alteração do PCASP. Contas do RPPS.

Discussão:

Não houve manifestações a respeito das alterações do PCASP

b) DCA

Apresentação: Ana Karolina (GENOC/CCONF/STN)

Contextualizou comentando a respeito da nota técnica nº.11/2014. Falou das últimas alterações e da intenção de atualizar alguns quadros da DCA.

Mangualde: a DCA é um instrumento muito importante para verificação da contabilização. No futuro, há pretensão de fazer um ranking a respeito da qualidade da informação contábil.

Discussão:

Não houve manifestações.

c) Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (RAEA)

Apresentação: Mangualde (GENOC/CCONF/STN)

Foi feita uma portaria conjunta entre STN e SOF, criando uma nova natureza de receita. O objetivo dessa nova natureza é equilibrar o PLOA e além disso, para demonstrar que parte do desembolso do RPPS está sendo realizado por receitas apuradas em exercícios anteriores. Essa natureza de receita é usada apenas para fins do projeto de lei orçamentária. Essa natureza não é exclusiva para o RPPS, porque foi identificado pela SOF a possibilidade de usar essa natureza de receita para outras situações semelhantes, como o caso dos fundos que ainda contém recursos ao serem extintos, por exemplo. Não há execução nessa natureza de receita, a execução se dá por meio da utilização do superávit financeiro apurado ao final do exercício.

Discussão:

Lucy (Abrasp): tem que haver uma conciliação entre o superávit, em relação à composição das RAEA, fazer destaque com dedução da 9.9.9.

Mangualde (GENOC/CCONF/STN): colocação procede. O uso do dígito 9 não gera problema com sistemas, em relação às contas de dedução utilizadas por alguns entes.

Flavio (Gefin/SC): Entende que o PLS 229 vai matar essa saída, já que mesmo na elaboração da LOA devem ser consideradas as receitas arrecadadas no exercício. Ainda questiona a questão do equilíbrio orçamentário do PLS 229, outra dúvida diz respeito à dotação orçamentária por fonte, a dotação já é fixada, a fonte já nasce superavitária?

Bruno Mangualde (GENOC/CCONF/STN): Infelizmente o Superávit Financeiro só é apurado ao final do exercício, então deve ser analisado o uso do recurso. Merece reflexão a respeito do equilíbrio orçamentário no PLS 229. Quanto à fonte, a União usa uma fonte a classificar e reclassifica quando obtém a informação, a outra alternativa seria usar uma fonte de superávit.

Mauricio (Senado Federal): O que está sendo tratado como experiência, é algo bastante natural. Não entende o porquê de tanta estranheza de admitir o saldo existente em caixa. São modelos distintos e, portanto, têm tratamentos diferenciados também. Deve atentar se a receita lá atrás era receita primária, no exercício seguinte deve ser tratada como receita nominal a fim de não afetar o resultado daquele exercício.

Bruno Mangualde (GENOC/CCONF/STN): manifestação vai ao encontro do que foi apresentado.

Ricardo (Atricon): é mais uma questão operacional, sugere que o ementário da receita seja atualizado com mais frequência: quando houver uma alteração de receita, já que normalmente essas naturezas já são feitas para serem utilizadas de imediato.

Bruno Mangualde (GENOC/CCONF/STN): entende que isso realmente pode ser revisto, inclusive em âmbito do subgrupo que será criado.

Suany (Prefeitura de Manaus): Em relação à operação de crédito, no exercício que faz a operação, há mais receita que despesa, normalmente fica uns dois anos executando despesa com aquele recurso (complicado demonstrar isso nos Demonstrativos fiscais), questiona se será pensado algo para resolver esse problema, já que essa nova codificação foi criada apenas para equilibrar o PLOA, ou seja, não atende a execução.

Bruno Mangualde (GENOC/CCONF/STN): Talvez possa ter aplicabilidade no seu caso concreto, tem que ser avaliado. Em algumas situações essa NR poderá ser utilizada para outras aplicações.

Claudia (GENOP/CCONF/STN): Isso já está sendo tratado para constar na próxima edição do MDF, ou seja, já irá resolver a questão dos demonstrativos fiscais.

Barreto (Gefin): Questiona se a natureza 9.9.9 poderá ser utilizada para outros fins diferentes do RPPS. Em relação à operacionalização, no próximo exercício essa natureza será novamente classificada, por conta das vinculações? Comentou a respeito dos recursos de convênios.

Bruno Mangualde (GENOC/CCONF/STN): a mecânica de Superávit Financeiro não muda, o RAEA figurará apenas na coluna de previsão. A motivação primordial foi o RPPS, mas não se restringe. O caso apontado (recursos de convênios) é bastante interessante. Não há nova receita, é tratado como Superávit Financeiro. O receio das pessoas é o uso indevido dessa NR, mas na realidade se ele (o superávit) não tiver ocorrido de fato, não há como ser executado (fazer despesa).

d) Perdas do RPPS

Apresentação: Mangualde (GENOC/CCONF/STN)

Fez uma contextualização do modelo já apresentado em reuniões anteriores. O questionamento que chegou à STN diz respeito aos investimentos que estão gerando perdas, alguns desafios foram encontrados: RCL (limites de endividamento e gastos de pessoal), carteira do RPPS que é muito heterogênea (poderia ter ativos P e ativos F), outro ponto é a liberdade do gestor para alocar os recursos (não poderia ser por autorização orçamentária), o Pis/Pasep (que vai sobre a receita corrente, tema não foi levado em consideração), aspectos patrimoniais (VPA e VPD) e o impacto nas DDR.

Discussão:

Fabio (Nova Friburgo/RJ): Sugere ajustar os desdobramentos no BF e também na DFC.

Bruno Mangualde (GENOC/CCONF/STN): Serão revistos os impactos da IPC no BF e na DFC.

Flavio (Gefin/SC): Fazer reflexão a respeito do orçamento, se não capturar essa variação negativa, não há transparência, é necessário evidenciar em Nota Explicativa, para que na prestação de contas seja refletida essa perda. Já que nossa cultura é de analisar apenas o orçamento, questiona se a IPC vai até a DFC e demais demonstrativos.

Bruno Mangualde (GENOC/CCONF/STN): concorda que deve ser evidenciado em NE, dentro das limitações.

Ricardo (Atricon -TCE/SC): Concorda que, quanto aos demonstrativos, é a proposta mais razoável. Já a VPD que vai registrar a perda, deve ser marcada, não precisa ter controle de fonte, mas para outros demonstrativos será necessário um “conta corrente” na VPD para controlar a fonte. Sugestão é que a VPD seja indicada, analítica, e utilizada para controle por fonte. Como fazer os demonstrativos, por exemplo, a DFC, se a VPD não for mapeada por fonte?

Bruno Mangualde (GENOC/CCONF/STN): a União faz fonteamento para ativos e passivos, mas acha que marcar em VPA e VPD é um pouco distante da nossa realidade. Se fizer o mapeamento pelas DDR talvez solucione, mas reflexão deverá ser feita.

Janilson (CCONT/STN): Acha que essa solução precisa ser rediscutida, já que está gerando inconsistência nos demonstrativos, na DFC e no BF. É inconsistência conceitual. Se não vai fazer execução da despesa, a receita também não poderia ser orçamentária.

Bruno Mangualde (GENOC/CCONF/STN): todas as alternativas encontram prós e contras. A contabilidade tem que espelhar o que ocorreu. Não temos uma solução perfeita. Há dúvidas a respeito da baixa do ativo financeiro sem execução da despesa, se isso se caracteriza como extraorçamentário. Ainda há a questão da falta de discricionariedade do gestor, já que se houve a perda, isto está fora do controle/ vontade do gestor. À princípio não há impacto para a União.

Bruno Mangualde (GENOC/CCONF/STN): A segunda opção tem implicações na RCL.

Glauber Câmara dos Deputados: Só reforçando a questão do BF e da transparência, acredita que a opção 4, já que a opção 2 não é possível. Questiona se os rendimentos seriam apropriados mês a mês.

Bruno Mangualde (GENOC/CCONF/STN): O período deve ser analisado, para fins contábeis pode ser mensal.

Alex (COREM/STN): Se analisarmos, desde 2007, estamos tentando separar os aspectos orçamentários dos patrimoniais, entende que a confusão do estudo diz respeito a essa mistura de conceitos, ou seja, esta querendo usar uma base patrimonial para registrar orçamentariamente, o mesmo ocorre do contrario. Sugere que tema seja tratado sob óticas distintas. Questões fiscais devem ser tratadas em separado. Entende que são coisas totalmente distintas.

Bruno Mangualde (GENOC/CCONF/STN): Assunto foi bastante debatido, é uma questão bastante sensível, contamos com ajuda da área fiscal, pontos foram analisados.

Thiago (NUCOP/CCONF/STN): Do ponto de vista prático, há custeio de despesa pública lastreado com essas receitas de rendimentos.

Alex (COREM/STN): Acredita que só há uso do recurso apenas quando há o resgate. Entende que só há receita quando há o resgate do investimento. Estão criando uma solução que não é possível de colocar em prática.

Bruno Mangualde (GENOC/CCONF/STN): não enxerga problema com a solução colocada (opção 4). Acha que as receitas orçamentárias não poderiam ser incluídas na RCL, mas não é entendimento geral, há órgãos de controle que adotam. Acha que temos que abrir por mais um mês para discussão, já que temos que publicar a IPC, a fim de padronizar o entendimento para toda a Federação.

Item 3.2. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP)

Apresentação: Leonardo Silveira do Nascimento (CCONF/SUCON/STN)

O Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, Leonardo Silveira do Nascimento (CCONF/SUCON/STN), informou que o PIPCP já havia sido apresentado no último GTCON, realizado em maio de 2015, e destacou que o intuito da apresentação seria expor o status do plano e dar publicidade ao resultado da consulta pública realizada.

Inicialmente a STN havia definido prazo para adoção integral das normas patrimoniais, entretanto, verificada a inviabilidade, a estratégia foi revista, optando-se pela adoção de um plano fracionado. A nova estratégia foi definida em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Como resultado busca-se a revisão das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP) e do MCASP.

Ressaltou que o objetivo do PIPCP não é tão somente estabelecer prazos, mas também toda uma contextualização, embora apenas os prazos possuam caráter obrigatório. Esclareceu que na existência de divergências entre o PIPCP e o MCASP, prevalece entendimento do MCASP.

Posteriormente apresentou o resultado da consulta pública, destacando o perfil dos participantes e a ampla participação dos entes federativos, uma vez que apenas 8 entes não se manifestaram diretamente. Informou que a consulta foi estruturada em torno de duas questões principais: concordância com a divisão proposta e com os prazos estabelecidos. Para cada questão havia espaço para justificar a resposta e incluir contribuições. Cerca de 72% dos participantes manifestaram estar de acordo com a divisão proposta e 52% manifestaram-se a favor dos prazos estabelecidos. Em relação às manifestações desfavoráveis, em sua maioria foi feita a indicação dos motivos de discordância, os quais foram analisados e, em várias situações, corrigidos.

Entre os ajustes realizados estão a inclusão de prazo diferenciado para municípios com menos de 50 mil habitantes, inclusão de estoques como item específico e ajuste dos prazos da União junto ao TCU.

Foram apresentadas a estrutura (divisão e prazos) do PIPCP para cada ente federativo, de forma resumida, ressaltando-se que a União terá prazo reduzido para todos os procedimentos, podendo servir de referência para os demais entes.

Destacou que o cronograma incluído no PIPCP foi alinhado junto ao Conselho Federal de Contabilidade e considera a estratégia do IPSASB, levando em conta a aplicabilidade das IPSAS à realidade brasileira e a opção pela aplicação indireta destas. Recomendou que os entes estabeleçam planos de ação próprios para a adoção de cada um dos itens do plano e incentivou que, quando possível, os procedimentos sejam adotados antes do prazo. Informou que, à medida que os prazos se esgotem, serão incluídas validações no SICONFI a fim de garantir a consistência dos dados recebidos. As validações irão incluir regras impeditivas, que desqualificam os dados enviados pelos entes, pelo prejuízo iminente às informações consolidadas, e regras qualitativas, com o intuito exclusivo de avaliar a qualidade das informações. Quanto a este último aspecto estuda-se a criação de um ranking, com a finalidade de estimular os entes a melhorar a qualidade de suas informações contábeis, sem sujeita-lo a restrições.

Destacou a importância de se retomar as discussões acerca do estabelecimento de padrões mínimos para os sistemas contábeis dos entes federados.

Por fim, divulgou o calendário de eventos da CCONF para 2016 (incluindo Secofem, SBCASP e ATP) e as datas prováveis das reuniões do GT no próximo exercício.

Discussão:

Lourenço (Consultoria/Porto Alegre): Informou que vários tribunais de contas já têm cobrado a adoção de diversos procedimentos patrimoniais, apontado inadequações em seus relatórios. Questionou como fica essa situação frente ao cronograma fixado pelo PIPCP.

Leonardo (CCONF/STN): Esclareceu que os prazos do PIPCP serão observados pela STN para fins de consolidação das contas e correspondem a um prazo limite. A portaria que publicou o plano prevê a autonomia dos tribunais de contas para exigir a observância dos procedimentos em prazo mais curto.

Cleiton (TCE/BA): Questionou se haveria possibilidade de divulgação das regras de integridade do Siconfi antecipadamente, para adequação das rotinas/sistemas por parte dos entes.

Leonardo (CCONF/STN): Informou que as regras, antes de serem incluídas no sistema, serão discutidas no GT e publicadas em portaria previamente à implementação

Geraldo (IRB): Perguntou como fica a adoção da contabilização de provisões por competência.

Leonardo (CCONF/STN): Informou que o PIPCP prevê prazos para este procedimento.

Barreto (Gefin): Mencionou que foi realizado, recentemente, um trabalho visando a especificação dos sistemas de contabilidade no âmbito do Gefin, por meio do preenchimento de questionários pelos estados. Busca-se a formulação de requisitos básicos e a independência frente às empresas, para não se tornar refém de determina empresa. Ressaltou que hoje, ao trocar-se de empresa, perde-se todo o Know-how. Sugeriu a criação de uma base comum por todos os entes, a fim de facilitar a extração das informações.

Leonardo (CCONF/STN): Sugeriu aproximação entre o fórum (Gefin) e a STN, por meio de parceria, a fim de aproveitar o trabalho de especificação já elaborado.

Resultado das discussões:

O objetivo da apresentação foi dar publicidade ao resultado da consulta pública e à versão final do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), não havendo questões polêmicas a debater. Os questionamentos apresentados foram esclarecidos.

Encaminhamentos:

Esclareceu-se que o PIPCP se encontra publicado e, portanto, vigente, sendo os prazos nele estabelecidos de observância obrigatória para todos os entes da Federação quanto ao envio dos dados para consolidação das contas públicas nacionais. O Siconfi será utilizado como ferramenta para a verificação da qualidade da informação contábil fornecida pelos entes, por meio da inclusão de equações que verifiquem a adoção dos PCP, conforme prazos estabelecidos no plano.

Serão retomados os estudos acerca do estabelecimento de requisitos mínimos para os sistemas contábeis dos entes federados.

Item 3.3 – Experiência da União na Implantação dos PCP, PCASP e DCASP

Apresentação: Renato Pontes Dias / Bárbara Viana (CCONT/SUCON/STN)

O Coordenador-Geral de Contabilidade da União, Renato Pontes Dias (CCONT/SUCON/STN), apresentou como a União conduziu o processo de mudanças em sua forma de contabilização, a partir do exercício de 2008, mencionando as principais limitações, os resultados alcançados e o planejamento para o próximo exercício.

Com o início das mudanças, em 2008, a União iniciou os trabalhos para a construção de um plano de contas detalhado que atendesse suas necessidades. Destacou o grande desafio que representou a modificação de um sistema de grande porte, como é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), para a inclusão do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), uma vez que não se trata de mera alteração nas contas, mas em toda estrutura do sistema, sendo necessária a revisão de rotinas, eventos, documentos, entre outros.

Aproveitando a oportunidade, foi implementado um novo sistema de consulta, em substituição ao SIAFI gerencial. Ressaltou que uma análise custo-benefício demonstrou ser melhor a implementação de um novo sistema que a mera reformulação do sistema antigo.

Descreveu como transcorreu o dia considerado dia “D” da União, que correspondeu à implantação do novo SIAFI, em 1º de janeiro de 2015, incorporando tanto o novo PCASP e como o novo modelo de DCASP. Ressaltou a apreensão e o empenho de todos, dada a inexistência de um plano B e necessidade de suspender férias dos servidores para atuar nesse projeto no período de novembro a janeiro de 2015.

Ressaltou que o projeto para adaptar o SIAFI ao PCASP e às DCASP (denominado Projeto CASP) durou cerca de dois anos e meio. As diretrizes de implantação envolveram a criação de uma base de dados/documentos, homologação das rotinas, definição de uma rotina específica para o encerramento de 2014 e abertura do exercício de 2015, estabelecimento de um plano para contingências e a definição de um plano de capacitação. Quanto a este último aspecto, optou-se pela formação de multiplicadores, dada a inviabilidade de atender diretamente a todos os usuários (mais de 30.000) e pela divulgação de vídeos na internet.

Citou como principais limitações a equipe de trabalho de reduzida, o risco à imagem institucional do Tesouro e a necessidade de alterações de outros sistemas interligados ao SIAFI.

Destacou que o sistema foi disponibilizado ainda no exercício de 2014 a fim de realizar testes, bem como foi aberto um ambiente de treinamento. Ressaltou ainda que houve um retorno positivo dos usuários do sistema: apesar dos anseios relacionados aos riscos da mudança, tudo ocorreu de maneira relativamente tranquila.

Informou que o próximo passo é a implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Ressaltou que o PIPCP estabelece prazos diferenciados aos entes, sendo mais exíguos para a União. Encontra-se em andamento a formulação de um plano de ação da União, com o objetivo de detalhar as ações necessárias à adoção do PIPCP. Citou a existência do Manual SIAFI, documento com caráter mais prático quando comparado ao MCASP, destinado a orientar a contabilização no âmbito da União. Destacou a necessidade de envolvimento de todo o sistema de contabilidade do governo federal (órgãos regionais e setoriais) neste processo.

Apresentou os prazos estabelecidos no PIPCP para a União, informando que diversos procedimentos foram caracterizados como de adoção imediata. Apresentou ainda os procedimentos que já estão sendo observados na União como, por exemplo, dívida ativa, obrigações tributárias e previdenciárias por competência, provisões atuariais, registro das participações permanentes, registro dos bens móveis e imóveis (realizada por meio da integração entre os sistemas de administração de patrimônio – Siads e Spiu - e o SIAFI).

Mencionou ainda a necessidade de atualização dos normativos, em especial do Manual SIAFI Web, demandando a revisão/atualização de códigos, contas, eventos. Informou que em 2016 será implementada nova ferramenta em substituição ao manual atual. Ressaltou a

necessidade de capacitar agentes que atuam no processo de contabilização e destacou a atuação ativa no Tribunal de Contas da União neste processo, com o estreitamento de prazos inicialmente previstos no PIPCP, com base em acórdãos anteriormente emitidos.

Discussão:

Lourenço (Consultoria/ Porto Alegre): Ressaltou que todos os entes, em maiores ou menores proporções, enfrentam desafios semelhantes. Questiona se foram levantadas diferenças nos valores de dívidas ativas apurados nos diferentes órgãos envolvidos na sua gestão, situação comum de ser encontrada em outros entes e, em caso afirmativo, como a União lidou com isso. Questionou ainda como foram apurados os valores expressivos registrados no ativo.

Renato (CCONT/STN): Quanto à avaliação dos ativos recentemente registrados, citou exemplo da apuração dos valores das rodovias. Renato esclareceu que o DNIT já possuía, como parte de suas atribuições, uma metodologia para avaliar as rodovias.

Bárbara (CCONT/STN): Esclareceu que foram encontradas divergências nos valores da dívida ativa. Para tratá-las foi instituído um grupo de trabalho com representantes dos diferentes órgãos envolvidos. Os trabalhos ainda estão em curso. Ressaltou que as diferenças são apontadas quando da prestação de contas.

Item 3.4 – Experiência da Federação na Implantação dos PCP, PCASP e DCASP

Apresentação: Equipe Sefaz/RJ (Francisco Iglesias, Douglas Santos, Stephanie Guimarães, Ronald Rodrigues)

Apresentou a estrutura da Contadoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Dentro do trabalho de convergência, está havendo também mudança de sistema, há um trabalho bastante intenso.

Foi apresentado também a implantação do PCASP em âmbito do Estado do RJ. O Estado do Rio de Janeiro foi o primeiro estado no Siafem a implantar o PCASP. Começaram em 2010, os trabalhos para implantação do PCASP. O grande desafio é começar 2016 com o sistema novo e com PCASP implementado. Mostrou os desafios encontrados, como o uso do “em liquidação” e identificação dos ativos e passivos financeiros.

Foi apresentada também a implantação dos PCPs. Foi adotada uma adoção gradual em todo o Estado. A primeira fase de implantação começou em 2014. Não há sistema integrado, atualmente está em fase de licitação. O cálculo da depreciação, por enquanto, está sendo feito manualmente (tabelas do excel). Órgãos e entidades estão registrando a depreciação dos bens. Quanto às receitas tributárias e de contribuições por competência, projeto será retomado em 2016. A dívida ativa tributária e não tributária é mensurada e lançada no BP, de acordo com metodologia da PGFN, exigida pelo TCE RJ.

Além do MCASP, também utilizam as IPCs para elaboração das DCASP. Também foram pioneiros na elaboração das DCASP no Siafem com o novo PCASP. Houve preparação e adaptação do Sistema e capacitação dos servidores. Houve dificuldade no início da implantação do PCASP e das DCASP por causa da cultura orçamentária.

Leonardo (CCONF/SUCON/STN): A ideia é que a partir da 7ª ed. do MCASP o Manual se estabilize.

Discussão:

Bruno Mangualde (GENOC/CCONF/STN): Parabeniza a apresentação e entende que é um benchmarking para toda a federação. A respeito das DCASP entende que foi apenas mudança na apresentação, deixando uma estrutura mais simples, possibilitando o detalhamento, caso necessário. Houve desafio de implementar o PCASP no sistema antigo e agora no novo sistema, questiona se há integração do novo sistema, propiciando já os lançamentos contábeis? Há rotinas de consistência para verificar se lançamentos estão corretos? Demonstrativos fiscais, como está o mapeamento para preenchimento, diante dessas mudanças?

Iglesias (Sefaz/RJ): Houve preocupação do sistema ser integrado, a licitação foi feita nesse sentido. Quanto às rotinas de consistência, há um módulo em que há parametrização. Há verificação atualmente e está previsto no novo sistema também. É feito o mapeamento, há um extrator para propiciar o mapeamento dos demonstrativos fiscais.

Leonardo (CCONF/STN): Questiona a respeito da matriz de saldos contábeis, se equipe do RJ realizou contribuições para a construção da matriz? Poderia ser bastante interessante.

Manuel Roque (Gefin/BA): Parabeniza a apresentação. Comentou que esse processo que estamos vivendo atualmente é muito interessante, é muito importante ver a evolução desde 2007 e abrir espaço para a federação compartilhar suas experiências.

Amaro (Prefeitura de BH): Parabeniza à equipe. Quanto à parte de custos, questiona a respeito da execução das metas físicas para evidenciar nas classes 5 e 6.

Iglesias (Sefaz/RJ): Ainda não está desenvolvendo a esse respeito, essas definições ainda serão feitas.

Ronald (Sefaz/RJ): Alguns relatórios ainda não estão adaptados de acordo com a 6ª. Edição, mas está previsto para 2016

Thiago (NUCOP/CCONF/STN): O trabalho da matriz de saldos contábeis responde quais são as informações necessárias para preencher cada campo, convida a equipe do RJ a ajudar a realizar esse trabalho, a fim de verificar se as informações são realmente possíveis de serem geradas, e questiona se dentro do sistema, há o mapeamento para gerar os demonstrativos fiscais, automaticamente. Ou faz como na União, onde são feitas várias extrações para gerar o demonstrativo fiscal?

Ronald (Sefaz/RJ): Os relatórios já são gerados automaticamente pelo Sistema, o demonstrativo já é gerado.

Flávio (Gefin/SC): Acha que uma boa parte do sucesso é devido à quantidade de servidores (130 contadores), quer saber quantos contadores estão no órgão central? Acha que o PLS 229 deve instituir uma estrutura mínima para implantar a contabilidade.

Iglesias (Sefaz/RJ): São cerca de 60 ou 65 pessoas.

Leonardo (CCONF/STN): no PL só há responsabilização do contador, entende que é uma excelente ideia a questão da estrutura mínima (sugerida pelo Gefin), a sugestão será incorporada ao PLS.